



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

## **1. ABERTURA**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e treze minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

### **I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES**

### **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. Intervenções dos Membros do Executivo

### **III - ORDEM DO DIA**

1. Gabinete da Presidente

1. Designação de representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M.

2. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. CERCICAPER, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Color Run Adaptada – Licenciamento
- 1.2. CERCICAPER, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Pedido de Cedência do Auditório da Praça da Notabilidade e das instalações do Fórum Ativo
- 1.3. CERCICAPER, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Pedido de transporte – Gravação Got Talent Portugal 2019
- 1.4. Clube Trilho Aventura – 7.º Sprint Enduro – Licenciamento
- 1.5. Responsabilidade civil extracontratual do Município – Reclamações por danos em viaturas
- 1.6. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Natal na Aldeia – Alteração de Deliberação

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019
- 2.5. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2020 – Ratificação



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

- 2.6. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017” – Compromissos Plurianuais
3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
- 3.1. Pedido de parecer de constituição de compropriedade/ampliação do número de compartes de prédios rústicos

**IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

A Sra. Presidente informou que as atas em falta ainda não se encontram prontas pelo que serão submetidas a aprovação em próxima reunião de Câmara.

Reiterou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes o apelo já realizado em reuniões anteriores para que seja resolvida a questão da aprovação das atas para que posteriormente seja remetido aos Srs. Vereadores o conjunto de documentação já solicitada.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente prestou as seguintes informações:

- Através de e-mail de 18/11/2019 e na sequência da pronúncia do Município sobre a proposta de coeficientes de localização a aplicar no Concelho, veio a Autoridade Tributária comunicar que foi decidido manter, por questões de equilíbrio, o coeficiente de localização 0,80.
- Através de ofício de 21/11/2019, vêm as Infraestruturas de Portugal, I.P. informar que foi afixado Aviso dando conta que terá início no dia 25/11/2019 e término previsto para 31/12/2019 a seguinte intervenção levada a efeito por aquela entidade: limpeza das faixas de gestão de combustível da sua responsabilidade na EN 347, Km 73+100 ao Km 77+250.
- Através de e-mail de 28/11/2019, veio a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. informar que foi publicado em Diário da República 2ª série de 28/11/2019 o Projeto de Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos daquela entidade, que vai permanecer em consulta pública pelo prazo de 30 dias úteis a contar da referida data de publicação.
- No próximo dia 6 de dezembro, a partir das 09h.30, decorrerá no Auditório da Praça da Notabilidade o II Debate - Florestas e Legislação: Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o qual pretende dar continuidade à Discussão sobre a matéria em apreço iniciada sob os auspícios do Instituto Jurídico em dezembro de 2018. A entrada é livre, mas sujeita a inscrição.

Em complemento, a Sra. Presidente informou que recebeu o convite dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera dirigido aos Srs. Vereadores, para estarem presentes no Natal do Bombeiro.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Por fim, acrescentou que durante o dia de amanhã e no próximo sábado iria ter lugar o Congresso da Associação Nacional de Municípios e que em virtude do Presidente da Assembleia Nacional se encontrar hospitalizado o mesmo se fará substituir pela Dra. Paula Campos. A talhe de foice, a Sr.ª Presidente deixou votos de rápidas melhoras ao Presidente da Assembleia Municipal.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou que aviso estava na origem da publicação do projeto de regulamento, tendo a Sra. Presidente esclarecido que no anexo do mesmo se encontrava a referida informação.

Findas as informações, a Sra. Presidente passou a palavra aos membros do executivo, para que se pronunciassem acerca do que lhes aprouvesse.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes indicando que o assunto que os Vereadores do PS traziam se relacionava com a resolução da questão das atas e da documentação que aguardam, tal como já tinha sido solicitado pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes. Pretendeu deixar nota da relevância e necessidade de terem acesso a toda a documentação que, ao longo do tempo têm vindo a requerer, quer para consulta, quer para análise, considerando que, com a situação atual ficam aquém na análise e na pronúncia sobre os assuntos estruturais. Por fim apelou a que fossem desenvolvidos esforços para que a situação em causa se resolva até ao final do ano.

Seguidamente, e na sequência da questão colocada em anterior reunião, acerca do preço de aquisição do equipamento para limpeza de bermas, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou novamente qual o preço da referida aquisição e se a formação já teria sido dada aos maquinistas.

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que a formação foi dada no decurso desta semana, pelo que os trabalhos se iniciariam na seguinte e que, relativamente aos valores não os tinha presentes, mas que os faria chegar aos Srs. Vereadores.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu por encerrado este período e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

**4. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M.**

Ponto retirado da ordem do dia

Tomando a palavra, a Sra. Presidente informou os presentes que tinha sido recebido no dia de ontem um email remetido pelo atual representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., questionando, nessa sequência, o Sr. Vereador João Graça e o Sr. Vereador Nuno Tomás se faria sentido manter o pedido realizado na reunião anterior de designação de novo representante do município na empresa.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça pediu para que a Sra. Presidente procedesse à leitura do referido e-mail, a que a mesma anuiu, transcrevendo-se aqui o seu conteúdo:

*“Exma. Sra. Presidente  
Exmo. Sr. Vice-Presidente  
Senhores Vereadores*

*Na sequência da troca de informação recente com a Sra. Presidente e Sr. Vice-Presidente, relacionada com o meu desejo de substituição enquanto Representante do Município na empresa municipal Prazilândia, venho desta forma formalizar o mesmo, com efeitos limite a 31/03/2020, data indicada para efeitos de encerramento de contas de 2019 e que considero pertinente a bem da própria empresa.*

*Os factos que estão na origem deste pedido já foram elencados pelo Sr. Vice-Presidente, pelo que se me apraz apenas referir que gratulo toda a colaboração havida por parte do Município, bem como, toda a confiança demonstrada pelo executivo e pelos senhores vereadores extensivos à atual administração.*

*Não posso deixar de expressar votos de que, a Prazilândia continue a atingir os seus objetivos na dinamização do nosso Concelho, aliando sempre uma cuidada execução orçamental à qualidade do serviço prestado.*

*Castanheira de Pera, 27 de novembro de 2019.”*

Seguidamente, e para cabal esclarecimento do assunto, a Sra. Presidente procedeu à leitura da carta remetida pelo mesmo em 10 de outubro de 2018, a qual também aqui se transcreve:

*“Ex.ma Sra. Presidente,  
Exmos. Srs. Vereadores,  
Serve o presente para comunicar a minha renúncia como representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., com efeitos a partir de 31-10-2018, por motivos de ordem profissional e pessoal, que se traduzem na falta de disponibilidade para dar o acompanhamento exigido e necessário, inerente à minha função.  
Não poderia deixar de agradecer a confiança depositada na minha pessoa sendo que, tenho também consciência do dever cumprido. “*

Prosseguindo, a Sra. Presidente referiu que após a receção desta carta foi realizada uma reunião com o Sr. Albano Morgado tendo este anuído em permanecer no exercício de funções, razão pela qual o assunto não veio à reunião de Câmara.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador João Graça indicando que, quando há quinze dias apresentou, em seu e em nome do Sr. Vereador Nuno Tomás, aquele



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

pedido de agendamento do assunto, o fizeram com o conhecimento do pedido formulado pelo Sr. Albano Morgado em abandonar as funções para as quais teria sido nomeado, a que acresceu o entendimento de que o desempenho da empresa assume um papel de extrema importância no nosso concelho, e que, desse modo, não poderiam continuar a protelar a situação até à saída efetiva do mesmo. Neste momento, ao terem conhecimento do segundo e-mail, supra indicado, não lhes parece fazer sentido deliberar a designação de um novo representante a quatro meses da saída do atual. Mais aproveitou para reiterar o seu agradecimento ao Sr. Albano Morgado pela forma como tem desempenhado as suas funções na empresa municipal.

Prosseguindo, denotou a coincidência de estar presente no público, a pessoa que desempenhou o mesmo cargo no ano de 2013 ou 2014, o Sr. Pedro Graça que juntamente com o Sr. Engenheiro Pais, encontraram a empresa com um número de entradas na casa das 60 mil por ano, tendo conseguido duplicar as mesmas.

Acrescentou que, do seu ponto de vista, a empresa se encontrava com uma estrutura completamente diferente daquela que detinha, tendo-se conseguido manter o equilíbrio orçamental, bem como houve lugar à instituição de um deferente modelo de gestão, que por sua vez permitiu o planeamento de investimentos.

Indicou que, como Vice-Presidente, considera que a empresa se encontra longe do pretendido, e que, embora tenha dado um passo preponderante na sua estabilização, a mesma tem de ser mais do que a gestão do investimento Praia das Rocas, isto é, tem também que auxiliar o Município a desenvolver um modelo diferente para a implementação do Turismo no concelho, tem de auxiliar no combate à sazonalidade.

Constatou que a gestão do empreendimento da Praia das Rocas tem sido a alavanca do modelo de turismo e que, como é óbvio, não se pode descurar as centenas de pessoas que a visitam, mas a empresa tem também que diversificar o seu campo de ação bem como o modelo de Turismo, permitindo a captação de pessoas e de investimento privado em Castanheira de Pera.

Relativamente ao Sr. Albano Morgado, informou que, por diversas vezes, aquele manifestou que o desempenho de funções na empresa lhe retirava tempo para se dedicar à sua atividade empresarial, atividade essa que, para além de ser a mais importante no concelho, é de referência no distrito e no País. Acrescentou que diversas vezes, não por estas palavras, mas semelhantes, lhe teria transmitido que inúmeras famílias em Castanheira dependiam diretamente da fábrica e que isso era o mais importante. Foi por esta razão, esclareceu, que pressionou a Sra. Presidente para que, rapidamente, se tivesse uma solução para a empresa municipal Prazilândia. No entanto, neste momento, considerou não persistirem razões, a esta distância dos factos, para eleger um novo representante do Município na empresa municipal Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para referir que de facto não há motivo para discutir isso hoje, no entanto, chegados a este ponto, não podem querer branquear o que havia sucedido e agir como se nada se tivesse passado.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Indicou que as explicações ora apresentadas pelo Sr. Vereador João Graça teriam sido muito vagas.

Reportando-se ao e-mail enviado pelo Sr. Albano Morgado, realçou que no mesmo vem indicado que os factos que deram origem ao pedido de substituição já teriam sido elencados pelo Sr. Vereador João Graça, pelo que questionou a este último, em que momento os teria elencado, tendo posteriormente afirmado que perante esta Câmara tal não teria sucedido.

Realçando o facto de, na última reunião, ter sido apresentada aquela proposta de agendamento em condições no mínimo particulares, “*sui generis*”, porque foi feita sem que houvesse um pedido expresso do Sr. Albano Morgado que lhe desse fundamento, afirmou que, em sua opinião, não deveriam ter despoletado a discussão naqueles moldes, questionando seguidamente, se têm noção do papel que estão a desempenhar, do prejuízo que causavam, da instabilidade que causaram junto da empresa, dos funcionários, do conselho de administração e junto do próprio Sr. Albano Morgado.

Prosseguindo, reiterou que sem existir, formalmente, nada que atestasse o pedido de demissão do Sr. Albano Morgado, o Sr. Vereador João Graça e o Sr. Vereador Nuno Tomás teriam proposto “*destituir o representante do município na empresa municipal*”, frisando que, efetivamente se tratou de uma tentativa de destituição “*porque se não há demissão, não há substituição, se não há substituição, salvo melhor opinião, há destituição. Cremos nós. Mas tudo bem. Pelos vistos a montanha ia parir um elefante, mas afinal vai parir um rato.*”

Ainda a propósito deste assunto, realçou ter constatado que desde a apresentação do pedido de demissão, em 10 de outubro de 2018 até esta data, a Câmara soube zero acerca do mesmo.

Referiu que posteriormente àquela data (10/10/2018), há um conjunto de documentos que atestam a continuidade no exercício das suas funções do Sr. Albano Morgado, pelo que é incompreensível o pedido de substituição formulado na reunião anterior.

Acrescentou ainda, que o Sr. Albano Morgado se revelou generoso quando teceu um agradecimento à confiança demonstrada pelo Município, aditando que “*Confiança quando os Srs. Vereadores lhe vêm pedir que seja substituído sem ele querer sair? Quer dizer, isto é uma confusão danada, grave. É um equívoco grave que prejudica e deprecia a imagem da empresa, do município e do concelho.*”

Ademais, referiu que não podem, perante a gravidade do sucedido, querer passar com esta ligeireza ao lado da questão, ressaltando que, apesar da discussão em causa ser extemporânea, no mínimo, deve ser exigido um esclarecimento por parte do executivo ou por parte dos proponentes acerca do objetivo que desencadeou esta proposta.

Por conseguinte, evocou a história do “Pedro e do Lobo” aconselhando a sua leitura pelos presentes, tendo seguidamente, referido que os Srs. Vereadores e a Sra. Presidente estariam deslumbrados, no sentido da descoberta/aprendizagem, com o exercício do poder, o que numa primeira fase poderia ser aceitável, mas que no momento em questão já não o é e que já deveria ter sido ultrapassado, uma vez que agora se assumiria prejudicial para o concelho e para o município.

Prosseguindo, aconselhou também a leitura da fábula do “Sapo e do Escorpião”, que, por sua vez, retrata a deslealdade, tendo a mesma sido usada por





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

si para comparar a posição adotada pelos Srs. Vereadores, acrescentando que *“a Sra. Presidente nem precisa de advogados de defesa, e notem bem, para nós, Vereadores da oposição, se calhar até era mais confortável ficarmos sentadinhos a ver o circo a arder, do ponto de vista do aproveitamento político, e se quiséssemos, se calhar até era mais confortável ficarmos a assistir a isto tudo”*. Indicou que não entendem a razão pela qual, os Srs. Vereadores pretenderam fazer alterações num modelo que é reconhecido ser de sucesso.

Manifestou que a propósito da deslealdade, assistiram na última reunião a apresentação de uma proposta de inclusão do ponto na ordem do dia de hoje que não deu em nada, e que, pelos vistos, foi feito à revelia do conhecimento da Sra. Presidente, o que assume gravidade, indicando que o concelho necessita da coesão do executivo e que, por isso entende que têm, de uma vez por todas, de assumir uma postura mais responsável e mais condizente com o cargo que desempenham.

Dito isto, comentou que a situação traduzida numa palavra seria *“irresponsabilidade”*, considerando que tal não deveria ter acontecido.

Prosseguindo, afirmou que acompanham o raciocínio do Sr. Vereador João Graça de que, chegados a este patamar, deve ser ambicionado mais para a empresa, questionando, no entanto, o que é que tem sido feito pelo Município para diversificar o objeto da empresa e qual tem sido o entrosamento entre município e conselho de administração da empresa, referindo que estas questões se impõem até para perceber se existe boa vontade de ambas as partes ou se se enche o peito para afirmar que é necessário mais e mais, às vezes branqueando ou menosprezando aquilo que já se alcançou.

Continuando, evidenciou que muito ficou por esclarecer, referindo que haviam prestado de forma perfeitamente desnecessária e imatura, e do ponto de vista político até amadora, um péssimo serviço ao concelho.

Por fim, lamentou que o Sr. Albano Morgado ou o Sr. Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal não estivessem presentes, na medida em que gostaria de saber como se sentiam perante o ocorrido, como é que vão trabalhar e com que condições vão trabalhar daqui em diante, acrescentando também que a irresponsabilidade manifestada não constitui um bom pronúncio para o futuro coletivo e apelou, mais uma vez, para que se entendessem. Ressalvou que a divergência de opinião não tem de ser um problema, salientando, no entanto, que a par disso, tem de ser reunido um consenso para que não possa ser transmitido para o exterior uma imagem de completa desunião, como a demonstrada com a proposta de inclusão de um ponto, sem o conhecimento da Sra. Presidente.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que tinha ficado deslumbrado com *“a capacidade teatral”* do Sr. Vereador Gonçalo Lopes, acrescentando que o mesmo teria percebido perfeitamente o que se havia passado na anterior reunião, e que como já dissera, lhe teria sido transmitida a falta de tempo por parte do Sr. Albano Morgado e da sua intenção em terminar o seu mandato como representante do município na empresa municipal Prazilândia.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Acrescentou que, quando considerar que poderá estar em risco o melhor funcionamento de qualquer gestão pertencente ao município, usará os meios que detém ao seu dispor.

Por fim, referiu que a receção do e-mail consubstanciou uma alteração de circunstâncias que fez com que mudasse de posição pois já não faria sentido manter-se este ponto na ordem do dia, considerando que *“sem demagogia”*, quer o pedido formulado na anterior reunião, quer a sua intervenção de hoje se encontram esclarecidos.

Nesta senda, agradeceu o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pela elogiosa intervenção do Sr. Vereador João Graça, acrescentando, no entanto, que não ficou satisfeito com os esclarecimentos prestados, desde logo porque o Sr. Albano Morgado teria dito *“os factos que estão na origem deste pedido já foram elencados pelo Sr. Vice-Presidente”*, questionando, novamente, quando é que tal teria acontecido.

Esclareceu o Sr. Vereador João Graça que os teria elencado há 15 dias quando referiu que tinha conhecimento da ausência de tempo do Sr. Albano Morgado, bem como da sua intenção de sair e dos prejuízos que a assunção deste cargo lhe estaria a trazer para a sua vida particular e privada.

Contestou o Sr. Vereador Gonçalo que o modo utilizado na anterior reunião não seria o mais adequado para a resolução do problema, desde logo porque o Sr. Vereador João Graça não tinha na sua posse um documento que formalmente atestasse a intenção do Sr. Albano Morgado em abandonar as suas funções enquanto representante do município.

Dirigindo-se à Sra. Presidente, questionou se considera *“normal ou aceitável”* o sucedido há 15 dias, que por sua vez originou a inclusão deste ponto na ordem do dia, pois, se assim for, os Vereadores do PS têm de concluir *“as coisas estavam cada vez pior”*.

Prosseguindo, voltou a afirmar que para os Vereadores da oposição seria mais confortável assistir na bancada a tudo o que estava a acontecer, a desconexão do executivo e a evidente divergência sobre o assunto. No entanto, ressaltou que não tomam esta posição porque, pelos vistos, ao contrário do Sr. Vereador João Graça entendem que quem está atualmente no conselho de administração da empresa deve manter-se, deve continuar a ter condições para consolidar o trabalho feito até então, e sim, diversificá-lo quando as condições necessárias se acharem reunidas, concluindo que o que interessa aos Srs. Vereadores do PS é a salvaguarda da estabilidade da empresa, do concelho e que se evitem este tipo de episódios.

No uso da palavra, a Sra. Presidente esclareceu que em 10 de outubro o Sr. Albano Morgado teria, efetivamente, demonstrado a intenção de sair, mas que, e conforme já afirmou, após reunião ocorrida o mesmo concordou em permanecer considerando *“da mais elementar justiça que quem esteve a trabalhar durante o ano, apresente as contas e na altura em que estamos acho que não faria sentido nenhum estar a haver qualquer alteração”*.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Interveio o Sr. Vereador António Antunes, evidenciando que considera que aquela carta já nem produziria os seus efeitos, mas sim seria um complemento a todo o processo, acrescentando que classifica o sucedido, no mínimo, como “leviano”.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que muitas das vezes, infelizmente, *“é que aparentemente os senhores perdem demasiado tempo com o que é acessório, acessório no sentido de não ser preciso debruçar-se, porque as coisas estão a correr bem. E esse tempo que os senhores perdem sobre o que é acessório, desvia-vos do objetivo central, que deve ser acrescentar àquilo que já está bem feito, acrescentar mais para que o resultado ara o concelho possa ser melhor. E, portanto, os senhores estão muito aquém. Vamos a mais de meio do mandato, e, do nosso ponto de vista, é óbvio que se encontram, muito, muito aquém. Terminando dizendo que, essas e outras que já temos trazido aqui, comprovam que estão a prestar um péssimo serviço ao concelho, e isso nós não podemos deixar de lamentar.”*

Por fim, referiu a Sra. Presidente que o exposto consubstanciaria o entendimento dos Srs. Vereadores, tendo encerrado a discussão e passado ao ponto seguinte da ordem do dia.

**5. CERCICAPER, COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – COLOR RUN ADAPTADA - LICENCIAMENTO**

Presente e-mail remetido pela CERCICAPER, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, em 25/11/2019, a solicitar o licenciamento da atividade denominada “Color Run Adaptada”, a realizar no próximo dia 03 de dezembro, durante o período da manhã, na Vila de Castanheira de Pera, conforme trajeto anexo ao pedido, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes ao processo.

Presente também o parecer emitido pela Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Pombal, em 15/11/2019, informando não haver inconveniente na realização do evento em apreço, desde que cumpridos todos os requisitos ali expressos.

Considerando a manifesta relevância do papel desempenhado pela CERCICAPER, nomeadamente, no âmbito das respostas sociais do Município, de que resultam evidentes benefícios para a população;

Considerando o indubitável interesse da atividade a desenvolver, designadamente em termos socio-desportivos e ao nível da divulgação e promoção do Concelho;

Considerando que o pedido se encontra devidamente instruído, não se verificando impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere autorizar a realização da atividade em causa, mediante o cumprimento do determinado no artigo 10.º do mesmo diploma legal, bem como no parecer da GNR supra indicado.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere isentar a requerente do pagamento das respetivas taxas, conforme solicitado.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. CERCICAPER, COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E DAS INSTALAÇÕES DO FÓRUM ATIVO**

Presente e-mail remetido pela CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, em 14/11/2019, solicitando a cedência das instalações do Fórum Ativo, no sentido de os participantes na atividade denominada “Color Run Adaptada”, a realizar no dia 03 de dezembro próximo, poderem ali almoçar e conviver.

Presente um segundo e-mail remetido pela mesma entidade, igualmente em 14/11/20019, desta feita solicitando a cedência do Auditório da Praça da Notabilidade, para a realização da festa de Natal da instituição, a decorrer no próximo dia 19 de dezembro, de manhã, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes ao pedido.

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando a manifesta relevância sociocultural das atividades em apreço, nomeadamente, para os utentes da CERCICAPER;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos formulados, isentando a requerente do pagamento das taxas municipais devidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. CERCICAPER, COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE TRANSPORTE – GRAVAÇÃO GOT TALENT PORTUGAL 2019**

Presente e-mail remetido em 22/11/2019 pela CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, solicitando a cedência de transporte aos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais, com destino ao Centro Cultural de Belém – Lisboa, para assistir à gravação do Programa Got Talent, no dia 6 de dezembro de 2019, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que os argumentos aduzidos na deliberação referente aos pedidos de cedência do Auditório da Praça da Notabilidade e das instalações do Fórum Ativo apresentados por esta mesma instituição na presente reunião são



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

inteiramente válidos e se aplicam na íntegra à situação ora em apreço, propõe-se que, com base nos referidos argumentos e nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando a requerente do pagamento das taxas devidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. CLUBE TRILHO AVENTURA – 7.º SPRINT ENDURO - LICENCIAMENTO**

Presente carta do Clube Trilho Aventura, datada de 13 de novembro de 2019, a informar que pretende realizar, no próximo dia 01 de dezembro, mais uma edição da prova desportiva de veículos motorizados (motociclos de duas rodas) denominada “7.º Sprint Enduro Praia das Rocas”, conforme processo que anexa ao pedido, e solicitando a respetiva autorização para o efeito, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes ao processo.

Solicita ainda autorização para, no dia do evento, entre as 10h.00 e as 17h.30, encerrar ao trânsito as seguintes estradas: reta entre a Rotunda da Praia das Rocas e a Rotunda dos Moredos, estrada entre Além da Ribeira e o Torgal, estrada entre o Alto do Torgal e o cruzamento com a EN 236 e estrada do S. João da Mata.

Presente também o parecer emitido pela Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Pombal, em 26/11/2019, informando não haver inconveniente na realização da referida prova, desde que cumpridos todos os requisitos expressos no mesmo

Considerando que a indicada prova constitui uma mais-valia para o Concelho, contribuindo para a promoção turística do mesmo e para a diversificação da oferta lúdico-desportiva disponível;

Considerando que o pedido se encontra devidamente instruído, não se verificando impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere autorizar a realização da prova em apreço, mediante o cumprimento das condicionantes estipuladas pelo artigo 10.º do mesmo diploma legal, bem como no parecer da GNR supra indicado.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere autorizar o encerramento ao trânsito das estradas indicadas pelo requerente, nos termos solicitados, igualmente, mediante o cumprimento do exposto no parecer da GNR e de todos os condicionalismos de segurança aplicáveis.

Propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere isentar o requerente do pagamento das taxas municipais inerentes ao processo em apreço.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO – RECLAMAÇÕES POR DANOS EM VIATURAS**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Presente requerimento apresentado por João Paulo Santos Carvalho, reclamando dos estragos provocados na sua viatura, no passado dia 18/09/2019, junto às instalações da pré-escola, alegadamente, por ação de trabalhadores da Câmara Municipal que ali se encontravam a efetuar o corte de ervas.

Presentes também as informações proferidas pelo Fiscal Municipal, em 18/09/2019 e 13/11/2019, atestando, respetivamente, que trabalhadores do Município ao efetuarem a limpeza das bermas, com recurso a máquina, junto ao local onde a viatura BMW, com a matrícula 03-PE-09, se encontrava estacionada, provocaram danos na mesma ao nível do vidro dianteiro, do capot e da lateral direita, resultantes do embate de pedras e outros detritos, e que o orçamento apresentado pelo reclamante está em conformidade com os danos que, à data, constatou existirem na viatura.

Considerando o supra exposto e o orçamento para reparação dos danos em causa, no valor total de 3948,03 € (três mil novecentos e quarenta e oito euros e três cêntimos), IVA incluído;

Considerando a informação da Secção Financeira dando conta da existência de cabimento para fazer face ao pagamento daquele montante;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a assunção pelo Município do pagamento do indicado valor ao proprietário do veículo, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO – RECLAMAÇÕES POR DANOS EM VIATURAS**

Presente reclamação apresentada por Olga Maria Coelho Fernandes, relatando um incidente ocorrido com a sua viatura no passado dia 18/09/2019, pelas 09h.45, quando esta se encontrava estacionada junto às instalações do jardim de infância e foi, alegadamente, danificada por ação dos serviços de limpeza da Câmara Municipal.

A reclamante informa que a GNR tomou conta da ocorrência e pede que a Câmara Municipal proceda em conformidade com o determinado para situações desta natureza, juntando orçamento respeitante aos danos sofridos na viatura.

Presentes também as informações proferidas pelo Fiscal Municipal, em 18/09/2019 e 24/10/2019, atestando, respetivamente, que trabalhadores do Município ao efetuarem a limpeza das bermas, com recurso a máquina, junto ao local onde a viatura marca Mercedes, matrícula 17-69-TE, se encontrava estacionada, provocaram danos na mesma ao nível do vidro dianteiro, do capô e da lateral direita, resultantes do embate de pedras e outros detritos, e que o orçamento apresentado pela reclamante está em conformidade com os danos que, à data, constatou existirem na viatura.

Considerando o supra exposto e o orçamento para reparação dos danos em causa, no valor total de 1819,83 € (mil oitocentos e dezanove euros e oitenta e três cêntimos), IVA incluído;

Considerando a informação da Secção Financeira dando conta da existência de cabimento para fazer face ao pagamento daquele montante;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a assunção pelo Município do pagamento do indicado valor ao proprietário do veículo, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – NATAL NA ALDEIA – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

Presente e-mail remetido pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., em 25/11/2019, solicitando autorização para efetuar a abertura da 3.ª edição do Natal na Aldeia no próximo dia 07 de dezembro.

Considerando a inexistência de impedimentos que obstem à apreciação do pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao mesmo, alterando em conformidade a deliberação tomada em reunião ordinária de 15/11/2019 relativa aos pedidos apresentados pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. no âmbito do evento Natal na Aldeia, no que concerne à data de início do evento.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aplicar à data ora indicada (7 de dezembro) a deliberação supramencionada tomada em 15/11/2019.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 26 de novembro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.456.879,54 € (dois milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e setenta e nove euros e cinquenta e quatro centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.374.211,71 € (dois milhões trezentos e setenta e quatro mil duzentos e vinte e onze euros e setenta e um centimo) e as operações não orçamentais no valor de 82.667,83 € (oitenta e dois mil seiscentos e sessenta e sete euros e oitenta e três centimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.466.815,95 € (dois milhões quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quinze euros e noventa e cinco centimos), valor que inclui o montante de 9.936,41 € (nove mil novecentos e trinta e seis euros e quarenta e um centimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

**13. PAGAMENTOS**

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 13/11/2019 e 26/11/2019, registados sob os números 1599 a 1699, no valor total de 319.710,85 € (trezentos e dezanove mil, setecentos e dez euros e oitenta e cinco centimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

**14. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 22.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 2.900,00 € (dois mil e novecentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação, e de 5.000,00 € (cinco mil euros), nas Atividades Mais Relevantes, por reforço.

**DISCUSSÃO:**

Questionou o Sr. Vereador António Antunes a razão de ser daquela alteração no valor de 2.900 €, tendo a Sra. Presidente esclarecido que estariam perante uma correção, uma vez que a verba saía daquela rubrica de reparação e passava a ser aquisição.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 24.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 8.000,00 € (oito mil euros), por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2020 - RETIFICAÇÃO**

Tendo-se detetado algumas imprecisões na deliberação tomada por unanimidade em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada em 31/10/2019, sobre a autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos para 2020, foram as mesmas corrigidas nos termos infra indicados, propondo-se nesta conformidade, que a Câmara Municipal delibere a revogação daquela deliberação e a aprovação da que ora se apresenta.

Assim, considerando que:

- A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;
- Existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro);
- Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro);



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

- A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho);
- O artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;
- A necessidade de celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos do Município, se coaduna com a autorização prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal;

Face aos considerandos enunciados e o enquadramento legal supra referido, em articulação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o seguinte:

1. Que, nos termos e efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal que:
  - a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, legalmente aprovados;
  - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no ponto 1. anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais da execução de despesas.
3. Que a Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do ponto 1. anterior, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
4. Que a Câmara Municipal possa delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.
5. Que o regime de autorização previsto na presente deliberação deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativas a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos pontos 1. e 2. anteriores, a assumir no ano de 2020.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

6. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

**DISCUSSÃO:**

A Dra. Bernardina usou da palavra para esclarecer que foram detetados alguns lapsos na deliberação anterior, até por ter existido revogação de alguma legislação, tendo sido efetuadas as retificações necessárias, nos termos desta proposta.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA) / INCÊNDIOS 2017” – COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Considerando que em 27/08/2019, data em que foi proferido o Despacho de Abertura do procedimento referente à empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/Incêndios 2017”, ratificado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 30/08/2019, o prazo de 120 dias previsto para a execução da mesma, se continha no ano de 2019, daí o cabimento ser referente só ao ano de 2019;

Considerando que a tramitação subsequente do procedimento levou à impossibilidade de cumprimento daquele prazo apenas no ano de 2019, tendo, em 11/09/2019, sido efetuada uma correção ao compromisso, anulando uma parte do valor de 2019 e transferindo-a para o exercício económico de 2020, do seguinte modo: ano de 2019 – 687.909,13€; ano de 2020 – 32.890,87€;

Considerando, assim, que a empreitada em apreço determinou, após a decisão de abertura, a assunção de um compromisso plurianual;

Considerando que, através da deliberação tomada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27/12/2018, este órgão proferiu autorização prévia genérica para assunção pela Câmara Municipal de compromissos plurianuais nos termos aí indicados;

Considerando que a presente empreitada integra o âmbito da referida autorização dada pela Assembleia Municipal;

Considerando que o facto de a presente empreitada implicar a assunção de compromisso plurianual não ter sido detetado de imediato se deveu a questões ligadas ao funcionamento do software contabilístico na parte referente aos cabimentos e compromissos, levando a que se tivessem praticado atos respeitantes à mesma, como seja v.g., a adjudicação, a alteração do cabimento, o compromisso e a outorga do contrato, sem a necessária autorização do órgão competente;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) Nos termos da deliberação prévia genérica proferida pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 27/12/2018, autorizar a assunção de compromissos plurianuais no que concerne à empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/Incêndios 2017”, com os seguintes encargos em cada um dos anos económicos da sua realização: ano de 2019 – 687.909,13€; ano de 2020 –



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

32.890,87€, conforme documentação de cabimento e de compromisso, cuja cópia se junta à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

- b) Ratificar todos os atos praticados naquela empreitada, despachos e deliberações tomadas, que careciam da presente autorização, considerando-os válidos para todos os efeitos legais.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar a nova calendarização dos trabalhos, nos termos do documento que se junta em anexo e aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. PEDIDO DE PARECER DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS**

Presente pedido de emissão de parecer para constituição de compropriedade/ampliação do número de compartes, apresentado por Vanessa Fernandes, em 13/11/2019, a incidir sobre os prédios aí identificados.

Presente parecer da Divisão de Administração Autárquica, datado de 26/11/2019.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) Indeferir liminarmente o pedido, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Código do Procedimento Administrativo, por não se encontrar devidamente instruído não tendo a requerente suprido as deficiências detetadas, nem sendo possível ao Município fazê-lo e nos termos do parecer da Divisão de Administração Autárquica, datado de 26/11/2019, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.
- b) Sem prejuízo do indicado na alínea a) anterior, e por mera cautela, que a Câmara Municipal emita parecer desfavorável à constituição de compropriedade/ampliação do número de compartes, sobre os prédios em causa, cujas certidões matriciais foram juntas com o pedido, pois a mesma, a concretizar-se, visa ou dela resultaria parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na sua redação atual, e com os fundamentos constantes do já mencionado Parecer emitido em 26/11/2019 pela Divisão de Administração Autárquica, em articulação com o Parecer emitido em 21/11/2003 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na parte aplicável à presente situação, que aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais fazendo da presente deliberação parte integrante.
- c) Nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, conceda à requerente um prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da presente proposta de decisão, para vir dizer, por escrito, querendo, o que se lhe oferecer, no âmbito do direito de audiência prévia.

**DELIBERAÇÃO:**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Solicitou a palavra o Sr. João Maria, evidenciando que à semelhança dos seus colegas, teria um conjunto de questões para colocar diretamente à Sra. Presidente, começando por questionar acerca do princípio ou objetivo que esteve na base da criação do “Natal na Aldeia” em Castanheira de Pera, ou seja, o fim com que ele nasceu.

Em resposta, indicou a Sra. Presidente que o princípio pelo qual nasceu o “Natal na Aldeia” se manteve igual nas três edições realizadas.

Retomando, o Sr. João Maria referiu que percebe qual o princípio inerente à criação do primeiro “Natal na Aldeia”, no entanto, hoje olha para a terceira edição e não encontra o mesmo objetivo que encontrou na primeira, razão pela qual formulou a questão à Sra. Presidente.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que o princípio que, para si, está inerente à criação do evento “Natal na Aldeia” poderá, naturalmente, não ser o mesmo que o Sr. João Cláudio Maria entendeu ser, mantendo a sua opinião de que o intuito ou objetivo permaneceu inalterável.

Volviendo, o Sr. João Maria afirmou que pretendia conhecer aquele que seria o objetivo, na opinião da Sra. Presidente, para a criação do “Natal na Aldeia”.

Em resposta, a Sra. Presidente expôs que o intuito da criação do “Natal da Aldeia” foi o de instituir um evento que durante o mês de dezembro permitisse a transacionalidade de pessoas no concelho de Castanheira de Pera.

Seguidamente, o Sr. João Maria questionou a Sra. Presidente se considerava que o “Natal na Aldeia” assumia importância para os residentes do concelho, tendo a mesma anuído.

Retomando a palavra, o Sr. João Maria questionou se a Sra. Presidente considerava que a envolvimento de pessoas no evento seria importante para as pessoas de Castanheira de Pera, tendo a Sra. Presidente salientando que a envolvimento constitui um aspeto particular, na medida em que quem se quer envolver pode fazê-lo em qualquer momento.

Prosseguindo, questionou o Sr. João Maria se a Sra. Presidente conseguiria dizer quem é que teria realizado a primeira edição do “Natal na Aldeia”, ao que a mesma frisou o facto de o Sr. João Maria saber bem que ela (Sra. Presidente, entenda-se) esteve sempre presente e incluída na organização.

Continuando, o Sr. João Maria questionou se a mesma considerava que a envolvimento tida no primeiro ano seria a mesma que se regista nesta terceira edição, ao que a Sra. Presidente indicou que a envolvimento das pessoas teria sido diferente em cada uma das suas edições.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Novamente no uso da palavra, o Sr. João Maria referiu que teriam chegado à sua questão principal, questionando a razão de ser do envolvimento não ter subsistido.

Referiu a Sra. Presidente que o envolvimento ou participação depende de cada um, notando que continua a existir participação das pessoas naquele evento, inclusive de pessoas que não puderam participar na primeira ou segunda edição, tendo o Sr. João Maria reafirmando a questão.

No uso da palavra, contestou a Sra. Presidente que, naturalmente, o envolvimento nas três edições teria sido diferente, uma vez que dependia da vontade de cada um em participar na sua realização. Ademais, indicou que não lhe competia a si estar a justificar os motivos que poderiam ou não conduzir à não participação no evento.

Inquiriu o Sr. João Maria se a Sra. Presidente teria consciência de quantos eventos do género do “Natal na Aldeia” se faziam em Portugal.

Em resposta, expôs a Sra. Presidente que as questões até então colocadas seriam despropositadas, solicitando ao Sr. João Maria que fosse direto e objetivo na sua intervenção.

Nesta senda, voltou o Sr. João Maria a questionar se a Sra. Presidente saberia que razão justificaria a falta de envolvimento nesta terceira edição, referindo que algumas pessoas que se encontram na reunião não estão envolvidas na organização do evento e que têm as suas razões.

Referiu a Sra. Presidente que a única pessoa que teria apresentado as suas razões teria sido o Sr. João Cláudio Maria.

Retomando, o Sr. João Cláudio Maria indicou considerar que aquilo que distingue o “Natal na Aldeia” dos demais eventos do género no país são as pessoas, é o modo como os castanheirenses personificaram e construíram o Natal. Aditou que, para si, é relevante perceber a razão que levou ao decréscimo de participação, uma vez que considera que as pessoas constituem a principal atração em Castanheira de Pera, a forma como pensam, como vivem e como se entregam aos projectos e que, em sua opinião, esse objetivo já não se mantém na terceira edição.

Acrescentou que, a forma como assistiu a esta reunião deu para perceber perfeitamente o que estaria a acontecer em Castanheira de Pera e para entender a razão de ser do afastamento das pessoas.

Seguidamente, interveio o Sr. Miguel Almeida indicando que não pretende no seu discurso atacar a Sra. Presidente, mas antes falar em nome dos jovens e acerca das razões pelas quais não participaram na organização desta terceira edição.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Indicou que os motivos que o levaram a afastar-se nada têm a ver com a Sra. Presidente, ressaltando que esta sempre esteve presente e sempre prestou apoio aos que participaram nas outras edições, mas antes na falta de tacto por parte da Prazilândia, que nunca teceu um agradecimento, *“nunca trouxe comida às pessoas que passavam horas e horas a trabalhar”* naquele evento.

Justificou que a ausência dos jovens se deve à falta de um agradecimento, ademais indicou que nunca pretenderam receber qualquer remuneração pelo trabalho prestado, todavia, no mínimo, a empresa poderia ter agradecido ou ter organizado um jantar.

Para além disto, informou que teria sido prometido, na edição anterior, que dariam bilhetes para participarem nas atividades, promessa essa que nunca se concretizou. Reiterou que a empresa nunca terá tecido um agradecimento aos jovens fazendo notar que o “Natal na Aldeia” existe graças aos jovens de Castanheira de Pera.

Argumentou que na segunda edição os jovens foram constantemente alvo de críticas pela organização da loja da “Maria Luísa”, quando deram tudo de si para a concretização do evento, acrescentando que não receberam qualquer agradecimento, mas sempre *“coices”*. E que para *“coices, não!”*, porque envolveram-se com amor e, na sua opinião, um agradecimento só teria ficado bem.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que tem a consciência, melhor que ninguém, daquilo que teria sido feito pelos jovens, uma vez que acompanhou todas as edições do “Natal na Aldeia”. Indicou que a Câmara é detentora a 100% do capital social da empresa em questão e que, diariamente, ela própria teria tecido um agradecimento a todos os que participavam na construção do evento, e relativamente a lanches e jantarem, têm os presentes conhecimento de como se passou.

Relativamente à questão dos bilhetes, informou a Sra. Presidente que iria esclarecer quem teria ficado de entregar a relação de pessoas que participaram no evento em questão à Prazilândia e que, assim que soubesse, transmitiria a razão pela qual não teriam tido acesso às atividades. Salientou que não houve um dia em que não tivesse agradecido aos jovens o apoio prestado e que ela própria agradeceu publicamente a todos aqueles que participaram na realização do “Natal na Aldeia”.

Interveio o Sr. Miguel Almeida indicando que o seu discurso, como ressaltou no início, não se dirigia à Sra. Presidente, pois, tendo o evento sido da responsabilidade da empresa municipal, considerou que o mínimo que os seus responsáveis poderiam ter feito era um agradecimento, uma vez que esta terceira edição acontece graças à primeira.

Volvendo, a Sra. Presidente esclareceu que na primeira edição a Prazilândia não estaria envolvida na organização do evento, tendo o mesmo sido efetuado por aqueles que estavam disponíveis para tal. Fez notar que de início houve, de facto, dificuldade em mobilizar pessoas, mas que a bolha foi crescendo e possibilitou a realização da edição de 2017 da forma como foi, tendo tido três responsáveis pela mobilização de pessoas, incluindo-se nesse grupo.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 23/2019**

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2019

Por fim, indicou ter consciência do objetivo com que nasceu o “Natal na Aldeia”, dos constrangimentos que teve e que continuarão a surgir sempre, concluindo que não é momento de dividir mas antes de unir.

Retomando, o Sr. Miguel Almeida realçou que os jovens se sentem cada vez mais desanimados pois têm cada vez menos voz e menos apoios.

Na sequência, a Sra. Presidente questionou a que tipo de apoios se referia, tendo o Sr. Miguel Almeida indicado que não havia legislação que permitisse a fixação dos jovens nestes territórios, que não existia apoio à criação do próprio negócio, apoio à habitação nem apoio a nível cultural.

Seguidamente interveio o Sr. Jorge Nunes indicando que pretendia apelar que, após o sucedido, fossem retirados pelos jovens os ensinamentos que decerto seriam úteis para as suas vidas futuras.

**19. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezanove horas e cinquenta e oito minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_